



Ref. 162/2020  
JMC/JPM  
Data: 2020.06.09

**Exmo. Senhor  
Dr. João Paulo Rebelo  
Secretário de Estado da Juventude e Desporto  
Avenida Infante Santo, n.º 2  
1350-178 Lisboa**

**ASSUNTO: Programa de Estabilização Económica e Social**

O Comité Olímpico de Portugal teve oportunidade de partilhar com V.Exa. as suas preocupações sobre a sustentabilidade do universo desportivo nacional.

Com efeito, não só partilhou as preocupações como também apresentou um conjunto de propostas de medidas de combate aos efeitos devastadores que a paragem abrupta da atividade desportiva teve sobre os diversos entes que compõem o tecido desportivo nacional, que, como certamente saberá, são, na sua grande maioria, e sobretudo na sua base, associações privadas sem fins lucrativos.

A este propósito, o Comité Olímpico de Portugal assinalou a necessidade de o Governo garantir que o setor do Desporto não fosse afastado da mesa de discussão e, acima de tudo, das medidas de retoma e recuperação planeadas, tendo-se, aliás, feito alusão ao facto do Departamento de Economia e Assuntos Sociais das Nações Unidas ter aconselhado as autoridades governamentais a adotarem políticas que pudessem proteger o Desporto do forte impacto causado pela pandemia de COVID-19.

No âmbito da União Europeia, quer o Conselho quer o Parlamento Europeu produziram documentos em que incentivaram os Governos dos Estados-membros a dedicarem uma parte dos apoios comunitários à área do Desporto. E os exemplos que chegam de toda a Europa são no sentido de apoio ao desporto, quer na Alemanha, com o programa “Apoia o teu Desporto” ou em França, com o programa “Apoia o teu Clube”, ambos financiados pelos respetivos Governos e em defesa desta atividade.

Sucedem, porém, que, até à data, e excetuando as medidas progressivas de retoma às atividades desportivas das diferentes modalidades que têm vindo a ser inseridas no pacote aprovado em Conselho de Ministros para as fases de desconfinamento, o que se saúda, o Comité Olímpico de Portugal não conhece qualquer medida específica de proteção e recuperação económica do setor desportivo.

O desporto, ao contrário de outros sectores de atividade do país, não teve por parte do Governo qualquer orientação sobre um pacote de medidas de proteção à sua sustentabilidade financeira, antes se optando por aceitar a sua inclusão em medidas de caráter económico – financeiro desenhadas para outras realidades que não a desportiva.

Num período de enorme delicadeza e incerteza, onde a vasta maioria das modalidades desportivas continua sem poder organizar competições, ou as organiza à porta fechada sem receitas de bilheteira, a ausência de uma resposta governamental agudiza as vulnerabilidades de um sector que representa cerca de 2% do PIB europeu e que agora se vê condicionado no desenvolvimento da principal atividade geradora de receitas.

Foi, pois, com imensa surpresa, que constatámos que naquilo que poderia ter sido uma importante oportunidade para o Desporto ser tratado como uma área setorial relevante nas orientações políticas nacionais, foi ignorado, não figurando no documento que, no passado dia 7 de junho, foi apresentado sob o nome de Programa de Estabilização Económica e Social (PEES).

Neste documento, para além de se ignorar, de forma preocupante, o Desporto, constata-se ainda que algumas das medidas apresentadas são expressamente financiadas pelas receitas dos Jogos Sociais do Estado, cujo volume de negócio é também gerado por esse produto que, como setor, foi, novamente, ignorado: o Desporto.



De facto, através de uma breve leitura sobre o documento apresentado, pudemos apurar o seguinte:

- Capítulo 2.5.4 – Obras de Proximidade - 2.5.4.6 PARES 3.0 — Alargamento da rede de Equipamentos Sociais, com um orçamento de **110 milhões de euros, é totalmente financiado pelos Jogos Sociais** – cfr. página 36;
- Capítulo 3.3. – Combate à Pobreza - Reforço das respostas sociais – com um orçamento de mais **12 milhões de euros, co-financiado pelos Jogos Sociais** – cfr. página 54; e
- Capítulo 3.3. – Combate à Pobreza - Adaptar Social + - com um orçamento de **10 milhões de euros, financiado pelas Receitas Próprias dos Jogos Sociais** – cfr. página 55.

Existe uma conclusão óbvia a extrair desta situação: o Governo de Portugal não reconhece ao Desporto suficiente importância ou dignidade política para ser incluído no seu Programa de Estabilização Económica e Social. Naturalmente que não se discute a legitimidade do Governo de Portugal se descartar das preocupações e das propostas do setor expressas em testemunhos de mais distinta natureza e dos mais diversos quadrantes. Mas, lamenta-se essa decisão.

Poder-se-ia argumentar que o documento trataria apenas de setores transversais muito relevantes no plano económico-social do país. Mas não. Houve escolhas e opções. E se algumas referências setoriais permitem uma leitura de que são um claro sinal de resposta política a contestações setoriais que ocorreram recentemente na sociedade portuguesa, de igual modo a ausência de outras, como o Desporto, espelha a pouca importância política dada ao setor e a falta de preocupação demonstrada para com o risco da sua sustentabilidade.

Deste modo, resta-nos transmitir a VEx<sup>a</sup> a nossa consternação pelo ocorrido e apelar a uma reapreciação deste assunto e aguardar que a melhoria do PEES ainda seja possível, com a devida inclusão do Desporto como um dos seus beneficiários.

O Comité Olímpico de Portugal reitera, mais uma vez, a sua total disponibilidade para cooperar no encontrar das melhores medidas de apoio ao Desporto e acertar as formas de execução das mesmas, garantindo assim que este setor não é negligenciado como até ao momento aparenta ser.

Com os melhores cumprimentos, *e stumie fessad,*

Comité Olímpico de Portugal

  
José Manuel Constantino  
Presidente

C.C.: Federações Desportivas Nacionais